Direcção-Geral da Administração Pública

Aviso n.º 5803/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 13/97, de 17 de Janeiro, torna-se pública a lista de funcionários e agentes que se encontram afectos à Direcção-Geral da Administração Pública em situação de inactividade:

Nome	Categoria	Habilitação literária	Área funcional	Concelho de residência
Amílcar Eliseu Rato Silva Roberto.	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Farmacêuticas.	Ciências farmacêuticas.	Loures.
António José Ferreira de Castro dos Santos Menamo (a).	Técnico superior de 2.ª classe.	Licenciatura em Direito ...	Direito	Figueira da Foz.
Guilhermina Maria Correia Ribeiro Santos Lacerda Escobar.	Assistente administrativo	—	Administrativa	Faro.
Ilda Guterres da Cruz	Assistente administrativo	Seis anos de escolaridade	Administrativa	Cascais.
Isabel Celina Viegas Pires Afonso (a).	Assistente hospitalar	Licenciatura em Medicina — Patologia Clínica.	Saúde	Coimbra.
Jeanine Leandro Costa	Assessora principal	Licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas.	Educação	Évora.
José Luís Tocha Antunes dos Santos.	Técnico superior principal	Mestrado em Geologia de Engenharia.	Engenharia	Oeiras.
Júlio Manuel Santana Bolou	Auxiliar técnico	—	Administrativa	Nazaré.
Margarida Maria Oliveira S. M. Páramos Merino.	Técnico especialista (técnico de diagnóstico e terapêutica).	12 anos de escolaridade ...	Terapia ocupacional ...	Lisboa.
Maria Henriqueta Belga Ribeiro Soares.	Técnico superior de 1.ª classe.	Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas.	Ciências sociais e políticas.	Cascais.

(a) Pessoal abrangido pelo Decreto-Lei n.º 89-F/98, de 13 de Abril.

3 de Maio de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Despacho n.º 10 675/2006 (2.ª série). — Por despacho de 14 de Abril de 2006 da directora-geral da Administração Pública, obtida a anuência do secretário-geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

Licenciada Isabel Maria dos Santos Moreira da Cunha Lamas, assessora do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações — transferida, com a mesma categoria, para o quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública, com efeitos à data do despacho. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

20 de Abril de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

Despacho (extracto) n.º 10 676/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 21 de Abril de 2006:

Deolinda da Conceição Gouveia Figueiredo, impressora de artes gráficas do grupo de pessoal operário altamente qualificado, posicionada no escalão 1, índice 199, de nomeação definitiva do quadro de pessoal da Direcção-Geral da Administração Pública — nomeada definitivamente na categoria de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, na sequência de reclassificação profissional, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, em lugar vago do mesmo quadro, considerando-se exonerada do lugar anterior com efeitos a partir da data da aceitação no novo lugar. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

26 de Abril de 2006. — A Directora-Geral, *Teresa Nunes*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA DEFESA NACIONAL

Despacho conjunto n.º 393/2006. — O XVII Governo Constitucional tem como um dos seus objectivos a modernização das Forças Armadas, sendo a reforma do sistema de saúde militar uma das medidas elencadas para cumprir esse propósito.

O sistema de saúde militar tem como missão principal o apoio sanitário aos efectivos militares, em especial o apoio directo às forças em operações ou em campanha, tendo em conta os necessários graus de prontidão, flexibilidade e mobilidade destas. O sistema de saúde militar está ainda, entre outros de igual valor, incumbido do apoio sanitário no âmbito de missões humanitárias e de paz.

O sistema de saúde militar apresenta uma complexidade acrescida na medida em que cada ramo das Forças Armadas é gestor de uma direcção de saúde, dos respectivos hospitais militares e das demais estruturas de saúde, e tem práticas distintas apesar do quadro regulativo comum.

Dos vários estudos elaborados sobre o sistema de saúde militar realizados no Ministério da Defesa Nacional resulta a conclusão inequívoca de que existe todo o interesse em criar um novo modelo de gestão hospitalar que abranja um conjunto de recursos, nomeadamente humanos, materiais, financeiros e de infra-estruturas dos hospitais militares dos três ramos.

A reforma do sistema de saúde militar passa obrigatoriamente por uma reorganização que garanta, por um lado, a continuidade da qualidade dos serviços prestados e a capacidade de participação em missões internacionais, bem como, por outro, a optimização dos meios e uma melhor articulação com o Serviço Nacional de Saúde.

Nesta linha, o Ministério da Defesa Nacional, no quadro das suas atribuições, deverá arquitectar as medidas tendentes à reorganização e revisão do sistema de saúde militar.

Assim, e atento particularmente o facto de o Ministério da Defesa Nacional integrar uma estrutura complexa que não se resume aos seus órgãos e serviços centrais, afigura-se útil a constituição de um grupo de trabalho que proponha soluções concretas para as questões acima expostas.

Os actuais recursos humanos da área da consultoria nas matérias de saúde, organização hospitalar e saúde militar do Ministério da Defesa Nacional não são suficientes para, em tempo útil e sem prejuízo do necessário cuidado na sua análise, responder a todas as questões suscitadas.

Para esses efeitos é, pois, criado um grupo de trabalho incumbido de propor modelos e soluções concretas para implementação da reforma do sistema de saúde militar, que deve funcionar com uma metodologia que permita assegurar esta tarefa no prazo estabelecido, reunindo consultores especialistas na área da saúde e da organização hospitalar e saúde militares.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determina-se o seguinte:

1 — É criado, na dependência do Ministro da Defesa Nacional, o grupo de trabalho para a reforma do sistema de saúde militar, adiante designado por grupo de trabalho.

2 — Ao grupo de trabalho incumbe propor um modelo de gestão e organização de saúde militar funcionando a partir de um órgão coordenador, integrado na estrutura central do Ministério da Defesa Nacional, responsável pelo estudo, planeamento, orientação técnica,